

DINHEIRO PÚBLICO E FUTEBOL

(Folha de São Paulo, 05/julho/2013)

Em um de seus editoriais de 2010, a Folha de São Paulo realçou que as entidades organizadoras do Campeonato Mundial (FIFA e CBF) deveriam utilizar seus próprios recursos para a construção de estádios e não dinheiro público.

Escreveu o primeiro dos signatários, na época, para o Jornal do Brasil artigo intitulado “Copa do Mundo e Dinheiro Público”, em que se referia ao mencionado editorial, apoiando o posicionamento da Folha e mostrando que, com as insuficiências do país na saúde, educação, transportes e em muitos outros setores da Administração Pública, seria preferível deixar as entidades privadas organizarem as reformas ou construções de tais palcos esportivos, até porque grande parte deles destinados a empresas vinculadas para terem espaços “vips”, nos referidos estádios denominados de padrão FIFA.

Os governos do Estado de São Paulo e dos Municípios apoiaram a indicação do Estádio do Morumbi, lembrando-se que o São Paulo Futebol Clube propusera-se a fazer as reformas, à época programadas em 250 milhões de reais **EXCLUSIVAMENTE COM DINHEIRO PRIVADO**, tendo obtido as promessas de parcerias com importantes empresas nacionais.

Por motivos que não interessam neste curto artigo, alguns deles de conhecimento público, o Morumbi foi excluído –apesar de colocado em bairro que mostra a beleza da cidade para os turistas- afim de que se construísse um estádio com dinheiro público, à época estimado em 490 milhões (420 milhões da Prefeitura e 70 milhões

do Estado). O pior, todavia, é que os grandes beneficiários destas competições, que são as entidades que as organizam, impuseram a construção de estádios monumentais, alguns deles contrastando com a pobreza da periferia dos locais escolhidos.

O primeiro dos autores, no referido período, ainda antes da exclusão do Morumbi, escreveu:

“Creio que um movimento nacional deve ser organizado, para que se preserve o dinheiro público destinando-o a funções relevantes do Estado e que o lazer , representado pelo esporte , seja financiado pelos que dirigem o futebol mundial e no Brasil.

Que os candidatos à presidência e os governadores de Estados não cedam à tentação de prometer com o chapéu alheio (dinheiro do contribuinte) auxílio para entidades que , todos sabemos, nadam em dinheiro. E que os prefeitos, que têm tão pouco do bolo tributário nacional, não desperdicem o escasso dinheiro público que possuem , na construção de novos estádios. Isto é tarefa das duas milionárias organizações do futebol internacional e brasileiro e não do Poder Público”, e o segundo dos autores, que este artigo subscreve, demonstrou que todos os argumentos apresentados para exclusão do Morumbi eram infundados, pois tinham sido atendidas as exigências fundamentais, embora ignoradas por aqueles que desejavam uma solução mais onerosa a ser financiada pelos cofres públicos e não pelas instituições privadas.

Quando da exclusão do estádio, o São Paulo Futebol Clube encerrou uma nota oficial com a seguinte frase:

“A Justiça é filha do Tempo. O tempo é o Senhor da Razão. O tempo dirá. E nós também”.

A justa revolta do povo com baixa qualidade da educação e saúde, alta inflação e baixo PIB e desvio de dinheiro público para obras

faraônicas, não para as necessidades reais do povo, apenas vem a confirmar o que se disse naquela nota. Que esta revolta sirva de lição para os futuros governos que devem servir ao povo mais do que os interesses milionários dos donos do poder no esporte mundial.